

PROGRAMA NACIONAL DA DESBUROCRATIZAÇÃO*

HÉLIO BELTRÃO**

1. Desburocratização, proposição eminentemente política;
2. A elaboração do Decreto-lei n.º 200/67. A reforma administrativa de 1967;
3. O Programa Nacional de Desburocratização;
4. A burocratização da atividade privada;
5. A expansão do âmbito do programa;
6. Progressos já alcançados pelo programa;
7. Renovando uma sugestão.

Estou muito reconhecido a esta Academia pela gentileza do convite que me fez, através de seu ilustre Presidente, Dr. Jorge Oscar de Mello Flores, para fazer uma exposição sobre o Programa Nacional de Desburocratização. Agradeço-lhes a oportunidade de trazer ao conhecimento e apreciação desta Casa — que reúne figuras consagradas no campo da organização e da administração — os objetivos, a natureza e o processo de atuação do Programa, assim como um resumo dos progressos até agora alcançados em sua execução.

Começo por ressaltar que o Programa adota para a expressão *burocracia* a acepção *popular*, e não a conceituação *científica*. Sendo nosso propósito promover uma transformação fundamental no comportamento da administração pública e no tratamento dispensado a seus usuários, pareceu-nos indispensável usar uma linguagem que fosse entendida pelos destinatários do Programa. E estou certo de que os senhores concordarão comigo em que a imensa maioria dos servidores públicos e, certamente, 99% dos usuários jamais ouviram sequer falar de Max Weber. Para o homem comum — e é a ele que se destina primordialmente o Programa — *burocracia* é sinônimo de demora, complicação, papelada, exigências excessivas ou inúteis, filas intermináveis e torturantes encaminhamentos à *consideração superior*.

Se fazemos esta ressalva é porque de vez em quando deparamos, em artigos de jornais e outras manifestações de especialistas, com palavras de temor ou advertência que parecem atribuir-nos a absurda intenção de acabar com a própria organização administrativa, quando, evidentemente, o que estamos procurando é atacar suas reconhecidas disfunções: a hipertrofia, a rigidez, a desumanização, a tendência ao gigantismo, a insensibilidade ante as aflições do usuário e, o que é pior, a inconsciente vocação para agravá-las, através da complicação.

Esta concepção *usual* ou pejorativa de *burocracia* já se encontra, aliás, consagrada em nossos dicionários. Aurélio, por exemplo, registra: “complicação ou morosidade no desempenho do serviço administrativo”. E, para a palavra *burocrata*, consigna o sentido depreciativo: “funcionário que segue mecanicamente as normas impostas pelo regulamento” ou aquele que, “imbuído da importância do cargo que ocupa, abusa de sua posição nos contatos com o público”.

* Palestra promovida pela Academia Brasileira de Ciência de Administração em 28 de maio de 1981, na Fundação Getúlio Vargas.

** Ministro Extraordinário para a Desburocratização. (Endereço do autor: Ministro Extraordinário para a Desburocratização — Palácio do Planalto, 3.º and. — 70.150 Brasília, D.F.)

Não termina aí a confusão terminológica entre as duas acepções do termo *burocracia*. O conceito de burocracia, aprofundado por Max Weber gerou, na linguagem dos especialistas, uma série de expressões derivadas como os termos *burocratização* e *desburocratização*. Eisenstadt, por exemplo, define *burocratização* como o processo pelo qual uma instituição fechada se abre, dando lugar a uma organização racional e impessoal, baseada em regras e normas definidas, ou seja, dando lugar a uma *burocracia*, no sentido científico. Segundo essa conceituação, a *burocratização* seria o processo indiscutível, positivo, e a *desburocratização* seria o processo inverso e desorganizante.

Na verdade, foram os excessos, ou, se quisermos ser mais precisos, as *disfunções* da burocracia weberiana, extensamente analisadas por Merton e outros, que acabaram por identificar-se com o termo *burocracia*. Daí o emprego atual e generalizado da expressão *desburocratização* com o sentido que adotamos no Programa, isto é, o da eliminação daqueles excessos e distorções, e não o da subversão dos princípios de organização e racionalidade.

De qualquer forma, o *modelo ideal*, científico e estático de burocracia foi profundamente afetado não só pelo advento de teorias mais modernas, centradas no comportamento do homem, como pelo avassalador impacto das mudanças cada vez mais rápidas no plano econômico, social e político, e ainda pelas inovações tecnológicas ligadas à automação, à cibernética, aos enfoques sistêmicos e às estruturas matriciais.

Por tudo isto, resolvemos usar a única linguagem capaz de assegurar a comunicação direta com o público, no momento em que retomamos o esforço iniciado em 1967, no instante em que, através do Programa Nacional de Desburocratização, estamos mais uma vez procurando *reumanizar* a administração e *voltá-la para fora*, isto é, redirecioná-la no sentido de servir melhor ao usuário, que constitui sua razão de ser.

1. *Desburocratização, proposição eminentemente política*

Nossa visão do problema da desburocratização, ou da reforma administrativa, sempre foi a de que não se trata de um problema técnico, a ser resolvido apenas através de medidas de reorganização ou racionalização administrativa. Se fosse esse o caso, o problema já estaria resolvido entre nós. O Brasil, notadamente a partir da criação do Dasp, dispõe de quadros técnicos altamente qualificados nesse campo. E não foram poucas, nem mal concebidas, as meritórias tentativas feitas no passado para aprimorar a administração pública e aumentar-lhe a eficácia. Em muitos casos, alcançaram-se significativas vitórias sobre a irracionalidade e a ineficiência. Mas esses progressos — que se patenteiam no respeito de que desfrutavam alguns órgãos e entidades do serviço público — não conseguiram alterar a fisionomia global da administração nem remover-lhe os vícios fundamentais. Em alguns casos, os progressos tiveram curta duração, anulados pelo gradual e melancólico retorno à situação anterior.

Cabe, assim, a indagação: — por que motivo, apesar da capacidade e do espírito público dos homens que as empreenderam, as tentativas de reforma em nosso país não têm conseguido alcançar o seu objetivo básico?

Repito aqui textualmente o que afirmava de público, por ocasião dos trabalhos de elaboração do Decreto-lei 200, de 1967: “Em minha desprestigiada opinião, a razão do insucesso tem consistido em encarar-se o problema como essencialmente

técnico, a ser resolvido com a aprovação de planos de alta qualidade, elaborados pelos melhores especialistas em organização e administração”. Na verdade, a grande alteração a fazer transcende o campo técnico e o antecede, situando-se no plano cultural e institucional, onde estão enraizadas as causas fundamentais do emperramento e da ineficiência. Sem o ataque preliminar a essas causas, continuaremos a desperdiçar o esforço dos melhores especialistas do país.

A origem do emperramento da administração pública há de ser buscada na tradição cultural herdada do arcabouço burocrático colonial português. O centralismo, o autoritarismo, o formalismo, a desconfiança e a tutela, que marcaram a administração colonial, ainda perduram, de forma expressa ou subjacente, na maior parte das leis, regulamentos e normas que regem a administração pública. E continuam, inconscientemente, a orientar o comportamento da maioria dos responsáveis pela administração das normas vigentes.

Não se conseguirá *desburocratizar* a administração sem antes questionar, e gradualmente reformular, esse arcabouço institucional-normativo, onde estão definidas as *regras do jogo* a que deve obedecer a administração. E jamais conseguiremos fazê-lo se não existir, na cúpula da administração — e sobretudo na direção do Executivo — uma clara e firme *vontade política* de deflagrar esse processo de atualização cultural e institucional.

Desburocratizar não se confunde, assim, com *racionalizar*. Trata-se de proposição *eminentemente política*, visto que, para alcançar os seus objetivos, há de operar-se não pela via *técnica*, mas pela via do *poder*. É que o processo afeta a própria estrutura do poder e a forma de exercê-lo. Importa, quase sempre, em induzir ou compelir alguém a abrir mão do poder de decidir ou da obsessão de controlar. É preciso descentralizar decisões e eliminar controles excessivos se, de fato, pretendemos acelerar e facilitar a solução dos assuntos de interesse do público.

2. A elaboração do Decreto-lei n.º 200/67. A reforma administrativa de 1967

No que nos diz respeito pessoalmente, esta abordagem não é nova. Quando, em 1964, fomos convidados pelo Presidente Castelo Branco a participar da Comissão de Reforma Administrativa (Comestra), de cujos trabalhos veio a resultar, em 1967, o Decreto-lei 200, já era esta a nossa posição. O ilustre Presidente desta Casa há de recordar-se de nossa teimosa insistência no sentido de que os componentes da Comissão resistissem à tentativa de estratificar, no texto da lei, *uma nova estrutura organizacional* para a administração federal. Sustentamos claramente a posição de que nos cabia tão-somente elaborar uma *Lei de Diretrizes* que, definindo com nitidez uma nova *filosofia* de administração, delegasse autoridades ao Poder Executivo para, dentro dessas diretrizes, efetuar a reforma, gradualmente e por etapas, inclusive quanto à definição da estrutura da administração federal.

Na primeira contribuição escrita que apresentamos à Comissão, datada de 20 de outubro de 1964, declaramos, textualmente: “A alteração da atual estrutura administrativa federal *não operará por si nenhuma reforma administrativa*. Isto porque a estrutura administrativa *não é causa, e sim efeito*. Efeito de uma concepção errada da função do Estado e da forma de exercê-la; efeito do vício inveterado da centralização da autoridade; efeito do cipoal de leis excessivamente minuciosas, que estratificam procedimentos administrativos superados pelo tempo; efeito de regulamentos autoritários e centralizadores, que fazem depender da decisão formal de autoridades superiores a solução dos problemas mais rotineiros da

administração. A reforma administrativa há de processar-se por etapas; e não pode começar pelo fim. Há de começar por uma clara definição da filosofia básica que deverá orientar todo o processo, o que não será difícil neste Governo; feito o que poder-se-á proceder desde logo ao exame e revisão das numerosas disposições legais e regulamentares que embaraçam e paralisam a ação administrativa.”

Essa colocação, divergente da orientação que vinha sendo dada aos trabalhos da Comestra, acabou por prevalecer, graças à aprovação do Ministro Roberto Campos, que a acolheu expressamente, transformando-a em orientação do ministro à Comissão. O que não significa, entretanto, que esteja retratada com fidelidade no texto final do Decreto-lei 200, editado quase três anos depois. Sucessivas emendas e acréscimos acabaram por prejudicar-lhe a simplicidade e a natureza de uma lei de diretrizes.

Curiosamente, quis o destino que, já como ministro de Planejamento do Governo subsequente, do Presidente Costa e Silva, viesse a caber-nos o encargo de implantar a lei. Fiéis à concepção original empreendemos, de 1967 a 1969, um grande esforço de descentralização e simplificação da máquina administrativa, a par da intensa pregação de uma nova *filosofia* de administração.

A reforma administrativa de 1967 alcançou importantes resultados, insuficientemente divulgados, no campo da descentralização de decisões, da flexibilidade de organização e da execução indireta. Em um país em que poucos eram aqueles dispostos a abrir mão da autoridade, conseguimos, entre 1967 e 1969, a expedição de *cerca de vinte mil* atos de delegação de competência e de alguns milhares de atos de reorganização destinados a conferir flexibilidade e agilidade à administração. Entretanto, tendo perdido intensidade a partir de 1969, a reforma administrativa não chegou a realizar seus objetivos finais e mais profundos de simplificação e desburocratização. Nesse campo, não houve tempo para retirar todos os resultados da ampla sementeira que havíamos realizado.

3. O Programa Nacional de Desburocratização

A criação, em julho de 1979, do Programa Nacional de Desburocratização, sob a responsabilidade de um ministro extraordinário, integrado na Presidência da República, representa, sem dúvida, uma firme demonstração *da vontade política do Presidente no sentido de retomar vigorosamente o esforço interrompido em 1969.*

Nestes quase dois anos, e com a ajuda de reduzido número de dedicados colaboradores, temos procurado, com paciente obstinação, apagar, do texto de nossos regulamentos e da mente de nossos administradores, as marcas seculares da *centralização*, do *formalismo* e da *desconfiança*. Se ressaltamos esses três aspectos de nossa herança cultural é porque, a nosso ver, neles residem as causas mais profundas do emperramento de nossa máquina burocrática.

De fato, a centralização excessiva das decisões e a inapetência para delegar transformaram-se em uma espécie de doença crônica de nosso organismo administrativo. A concentração do poder decisório é a causa principal da lamentável morosidade das soluções, do desmesurado crescimento da máquina burocrática e do progressivo esvaziamento da autoridade periférica. E, o que é igualmente grave, tende a dar soluções uniformes e padronizadas a um país enorme e desigual como o nosso, marcado por diversidades e peculiaridades, a reclamar soluções diferentes para problemas diferentes.

O exagerado apego ao *formalismo* responde pelo absurdo de, na administração pública, conferir-se *mais importância ao documento do que ao fato*, como se a vida fosse feita de papéis e não de pessoas e de fatos.

Finalmente, a marca da *desconfiança*, que se traduz na mórbida obsessão da fraude, está presente na maioria das leis, regulamentos e normas que regulam a administração pública e seu relacionamento com servidores e usuários.

A desconfiança no usuário, no servidor e no empresário é responsável pela alta tonelagem de certificados, atestados, certidões e outros tipos de comprovação prévia, sistemática e documental. Tudo isso é exigido porque, na administração pública, ao contrário do que ocorre em nossa vida particular, é *proibido acreditar nas declarações das pessoas*, embora se saiba que tais declarações são em sua maioria verdadeiras e não obstante a falsidade constitua crime expressamente previsto no Código Penal. No Brasil, em vez de se colocar o falsário na cadeia, obriga-se todas as pessoas a provar sistematicamente, com documentos, que não são desonestas. Com isso, pune-se o honesto sem inibir o desonesto, que é especialista em falsificar documentos. O documento substancialmente falso costuma ser formalmente mais perfeito que o verdadeiro. As prestações de contas do desonesto também costumam ser impecáveis quanto à forma.

A influência conjugada e a prática continuada desses vícios e preconceitos acabaram por transformar a administração pública, ao longo dos anos, em organismo enorme e vagaroso, complicado e ineficaz, centralizado, insensível e desumano. (Ressalvem-se aqui, novamente, as exceções honrosas e notórias.)

4. *A burocratização da atividade privada*

Não se tem contentado a administração em crescer desmesuradamente, muito além do que corresponderia à sua efetiva utilidade social. Não lhe tem bastado burocratizar-se. Ao longo do tempo, vem-se devotando, por igual, à tarefa de *burocratizar a atividade privada*.

Dispensa maiores comprovações o fato de que, no Brasil, tanto o cidadão como o empresário vêm tendo sua atividade cotidiana crescentemente afetada pelas formalidades e exigências interpostas em seu caminho pelo excesso de regulamentação governamental.

A desconfiança, o formalismo e a preocupação obsessiva e inútil com a fraude têm conduzido a administração pública a exigir do cidadão uma quantidade crescente de obrigações, formalidades e documentos sem os quais ele não pode viver, morar, exercer sua profissão, sustentar a família, registrar ou educar seus filhos e enterrar seus mortos. O trabalhador perde boa parte de seu tempo, e, portanto, de seu salário, correndo de uma fila para outra, para provar que existe, que é honesto, que não está mentindo, que nunca teve problema com a polícia, ou para obter documentos perfeitamente dispensáveis, criados pela rotina burocrática.

Quanto ao empresário, o ponaroma é semelhante. Ao longo dos anos, a interferência do governo no seu cotidiano tem aumentado progressivamente. Não cabe discutir aqui as razões — certamente explicáveis — que determinaram a criação dos inúmeros órgãos, departamentos, conselhos ou comissões hoje investidos de poder regulamentar. O que cabe comentar é a tendência incoercível desses órgãos para ultrapassar os objetivos que lhes justificam a criação e, em muitos casos, transformarem-se em instrumentos de inibição e asfixia da atividade empresarial. Sobre o empresário desaba hoje, oriunda dos três níveis da Federação, uma avalanche de obrigações burocráticas e estatísticas, fiscais e parafiscais. É realmente

impressionante a quantidade e variedade de normas, formulários e exigências que o empresário é obrigado a satisfazer. E não é só. Lamentavelmente, essas normas costumam ser alteradas com frequência, o que torna ainda mais difícil para o empresário cumpri-las satisfatoriamente. Não menos lamentável é a prática de os órgãos da administração ignorarem-se uns aos outros, fazendo com que o usuário seja frequentemente obrigado a repetir a mesma informação a vários órgãos diferentes.

O Programa Nacional de Desburocratização tem entre seus objetivos expressos “reduzir a interferência do Governo na atividade do cidadão e do empresário”, assim como “fortalecer o sistema de livre empresa”. Estamos sinceramente convencidos de que a manutenção do regime de livre empresa entre nós depende, fundamentalmente, da *sobrevivência da pequena empresa*, que constitui, de fato, a *matriz* do sistema. A evidência empírica vem demonstrando que a pequena empresa brasileira já não tem resistência para suportar o peso dos ônus fiscais e burocráticos decorrentes das exigências que lhe são impostas pelos três níveis da Federação. A burocracia não costuma distinguir entre o grande, o médio e o pequeno empresário. Por outras palavras: “todos são iguais perante a burocracia”. Sucede que o pequeno, sendo mais fraco, tem menor resistência, e acaba condenado a perecer ou passar à ilegalidade.

Estamos, por isto, procurando assegurar tratamento diferenciado à pequena empresa, que constitui, aliás, a grande maioria no universo empresarial brasileiro. Dentro das inúmeras medidas simplificadoras adotadas no âmbito do Programa, desejamos aqui ressaltar a que isentou as empresas de reduzido porte do pagamento do imposto de renda e das obrigações acessórias, burocráticas e contábeis. A isenção abrangeu apenas as empresas de porte extremamente pequeno, isto é, aquelas cujo faturamento em 1980 não fosse superior a dois milhões de cruzeiros. É interessante assinalar que, não obstante essa rigorosa limitação, cerca de 350.000 empresas foram favorecidas, correspondendo a cerca de 60% das empresas declarantes (lucro real); e que a queda de receita para a Fazenda Federal não chegou a representar 1% do total da arrecadação.

5. A expansão do âmbito do programa

Em sua aversão à burocracia, o público não costuma distinguir entre repartições federais, estaduais e municipais, nem entre órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Para ele, *a burocracia é uma só*. Essa atitude é evidente nas cartas que o ministro da desburocratização recebe (de mil a duas mil por mês) e das reclamações veiculadas pelos meios de comunicação, onde se cobra do Ministro o cumprimento, por parte de repartições estaduais e municipais, e de órgãos do Poder Judiciário, das medidas decretadas no âmbito do Executivo Federal, ao qual o Programa está adstrito.

Esse comportamento do público — que é perfeitamente compreensível — levou-nos desde logo à conclusão de que, embora não tenhamos autoridade sobre esses órgãos, o Programa não lograria o desejado apoio da opinião pública se não se estendesse à esfera estadual e municipal e se não tentasse induzir a desburocratização do próprio Poder Judiciário. Com esse objetivo passamos a visitar a maioria dos estados e municípios de maior expressão demográfica, tendo obtido da parte de todos integral adesão aos objetivos do Programa. Conseqüentemente, já foram expedidos pelos governos respectivos, com a assistência e orientação do Ministério, programas de desburocratização idênticos ao federal, nos estados de

Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Goiás e Maranhão, representando um total de 19 estados, além do Distrito Federal; e nos municípios do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Natal, Goiânia e Curitiba. Espera-se a adesão dos demais estados e grandes municípios ainda neste segundo semestre de 1981.

Também no tocante aos procedimentos judiciais e à atividade cartorial, o público, como dissemos, não costuma reconhecer as nítidas fronteiras que separam o Executivo do Judiciário. E protesta contra a demora na solução de feitos judiciais e o excesso de exigências cartoriais, embora esses assuntos estejam fora de nossa competência. Por outro lado, temos recebido insistentes apelos e sugestões de advogados e magistrados no sentido de que o esforço desburocratizante se estenda à área do Judiciário.

Na verdade, à semelhança do que ocorre na administração pública, o funcionamento da justiça é moroso, o atendimento é insatisfatório e, em muitos casos, o formalismo é excessivo. Já se incorporou à experiência popular a expressão de que “mais vale um mau acordo do que uma boa demanda”.

No centro do problema está a necessidade de rever a legislação, imobilizada pela força da tradição e por um natural temor à inovação.

A revisão da legislação vigente envolve a iniciativa federal, no tocante aos códigos de processo, bem como dos tabelionatos e registros públicos, e a iniciativa estadual, no que se refere ao aperfeiçoamento da organização judiciária.

Para dar começo às providências que competem à União Federal, promovemos o estudo de algumas medidas iniciais, que temos submetido ao exame do ilustre ministro da Justiça. Desse trabalho já resultaram alguns projetos de lei voltados para a agilização e o descongestionamento do Judiciário. Está em fase final um trabalho de revisão do Código de Processo Civil, elaborado por um grupo de eminentes magistrados e juristas instituído por nossa iniciativa, que conta com a participação do Ministério da Justiça e de um representante da Ordem dos Advogados. Por outro lado, o ministro da Justiça já tem, praticamente concluído, um anteprojeto do Código de Processo Penal, altamente inovador.

Preocupa-nos, de forma muito especial, a nós e ao ministro da Justiça, a necessidade de fortalecer a estrutura de primeira instância nos grandes centros urbanos, dotando-os de uma justiça descentralizada e informal, funcionando em contato direto com o povo, capaz de resolver com simplicidade e rapidez as pequenas causas, os problemas que afetam o seu dia-a-dia. Parece inegável que a inexistência dessa estrutura periférica vem produzindo um indesejável afastamento entre a justiça e o povo, que assume especial gravidade nas áreas de grande densidade demográfica e tensão social. Nessas áreas, a matéria está igualmente vinculada ao problema de violência urbana e à prevenção da eventual arbitrariedade policial. Na inexistência de juízes de fácil acesso, a autoridade policial vem, na prática, ocupando as funções próprias da autoridade judicial.

6. *Progressos já alcançados pelo Programa*

Tratando-se de promover uma transformação de natureza cultural, capaz de alterar o comportamento da administração em face dos usuários, estamos mais interessados em registrar as mudanças *qualitativas* do que propriamente em medir os progressos *quantitativos*. Estes são, todavia, muito importantes na medida em

que, atingindo um número crescente de pessoas, aumentam a confiança e a credibilidade no Programa e aceleram a transformação qualitativa.

Do ângulo quantitativo, e sem computar as numerosas providências editadas no âmbito dos programas estaduais e municipais, já foram expedidos, dentro do Programa federal, cerca de 150 atos da maior importância, entre leis, decretos-leis, decretos, portarias e atos normativos relevantes. Essas medidas resultaram na eliminação de mais de 400 milhões de documentos ou exigências burocráticas. (Um resumo dos atos expedidos consta da Separata que estou distribuindo neste instante, como parte integrante desta palestra.)*

Mais importante do que todos esses números é, entretanto, o grau de *conscientização* que vem o Programa rapidamente alcançando. Na realidade, a população aprovou e absorveu os objetivos do Programa. A palavra *desburocratizar* está na ordem do dia, presente na boca do povo, no noticiário, e, sobretudo, nos protestos contra os excessos burocráticos que já se observam nas filas e nos guichês. Esta é a vitória mais importante registrada pelo Programa, visto que estamos diante de tarefa cuja natureza não admite vitórias definitivas nem soluções instantâneas. Exige muito mais do que um simples ministro e seu reduzido grupo de assessores; muito mais do que o período de um Governo. É tarefa para, pelo menos, uma geração. Entretanto, embora não alimentemos a pretensão de derrotar a burocracia, parece perfeitamente possível contê-la, dando-se início, simultaneamente, a um vigoroso processo de reversão. Mesmo porque a progressiva burocratização da administração pública não resultou, como poderá parecer, de nenhum *propósito deliberado* ou de uma tenebrosa “conspiração de burocratas”. Trata-se, antes, de um processo até certo ponto *inconsciente*, cuja reversão é lenta e difícil, mas longe de ser impossível, visto que tem a seu favor a opinião pública e a unanimidade dos usuários do serviço público. A rigor — e salvo alguns casos patológicos — ninguém é a favor da burocracia, inclusive o funcionário comum, que é, no fundo, vítima do processo.

Registre-se finalmente o fato auspicioso de que a desburocratização já começa a operar de forma espontânea. Inúmeros órgãos públicos vêm tomando a iniciativa de simplificar e agilizar procedimentos, em benefício do melhor atendimento aos usuários.

7. Renovando uma sugestão

Antes de encerrar esta palestra gostaríamos de renovar uma sugestão que fizemos a esta Academia quando da transmissão da Presidência a Jorge Flores.

A bibliografia de que dispõem os jovens que estudam a chamada ciência administrativa em nossas universidades é quase toda constituída de traduções de livros estrangeiros ou de trabalhos que refletem a experiência adquirida em outros países. Esses ensinamentos, sem embargo de sua qualidade, revelam-se de insuficiente validade quando defrontados com nossas realidades empresariais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Não haverá muito exagero em afirmar que, no fundo, estamos formando especialistas que sabem cada vez mais a respeito do que não nos diz exatamente respeito. E que, ao travar contato com a nossa realidade administrativa e a fragilidade de nossa estrutura empresarial, acabam geralmente

* N. da R.: A Separata a que alude o conferencista aparece como anexo, ao final da reprodução da palestra.

dominados por um sentimento de frustração, ante o esforço de realizar um transplante impossível, ou de decepção ante o que lhes parece um atraso inaceitável.

Em contraposição, os homens que têm experiência real da administração pública e privada brasileira, adquirida em longos anos de participação pessoal efetiva, geralmente não têm tempo para escrever, ou não se sentem encorajados a fazê-lo, por várias razões, inclusive por considerarem que lhes falece a formação teórica convencionalmente exigida dos que publicam obras sobre administração.

A nosso juízo, um grande serviço que a Academia poderia prestar a este país seria o de transformar-se, na área da administração, em uma espécie de Museu da Imagem e do Som, no qual se registraria o precioso depoimento dos mais importantes administradores brasileiros, cuja experiência representa um patrimônio de valor inestimável, e que geralmente morre inédito. Através da leitura desses depoimentos, do relato vivo das dificuldades, vicissitudes e sucessos do administrador brasileiro, os jovens que ingressam nesse campo poderiam acrescentar aos conhecimentos teóricos universais a dose de objetividade e de humildade necessárias à avaliação da viabilidade de sua aplicação à solução de nossos problemas específicos.

Muito obrigado pela atenção.

ANEXO

DESBUROCRATIZAÇÃO — MEDIDAS ADOTADAS *

* Presidência da República — Programa Nacional de Desburocratização
março, 1981.

A desburocratização É:

- uma decisão eminentemente política;
- um processo que pretende recolocar o público em sua posição de legítimo destinatário da atividade administrativa;
- um programa intimamente ligado aos conceitos de liberdade individual, cidadania e respeito aos direitos humanos, representando a extensão da abertura ao cotidiano do cidadão comum;
- um programa inspirado na preocupação de simplificar a administração pública e a vida dos brasileiros.

A desburocratização NÃO É:

- uma operação a curto prazo;
- um ataque imediato e global a todos os problemas da burocracia, mas sim um ataque estratégico, seletivo e gradual, iniciando-se pelas exigências e complicações que afetam o maior número de pessoas, especialmente as mais humildes.

APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Desburocratização foi instituído em 18 de julho de 1979, com o objetivo de simplificar e dinamizar o funcionamento da administração federal, reduzir a interferência do governo na atividade privada e facilitar o atendimento dos usuários do serviço público. Para orientar e coordenar a execução do Programa foi nomeado um ministro extraordinário, integrante da estrutura da Presidência da República.

O Programa aplica-se aos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta, bem como às fundações instituídas pelo Poder Público Federal.

Embora criado no âmbito da administração federal, o Programa já obteve a adesão da maior parte dos estados e dos municípios mais populosos, onde os respectivos governadores e prefeitos instituíram programas estaduais e municipais de desburocratização.

Da mesma forma, o Poder Judiciário tem manifestado interesse pelo Programa, encontrando-se em fase de estudo diversos projetos de lei voltados para a desburocratização da Justiça.

Este folheto relaciona as primeiras medidas adotadas a partir da instituição do Programa. De início, foram eliminadas diversas exigências consideradas desnecessárias, buscando-se, por meio de uma estratégia seletiva e gradual, a simplificação dos procedimentos que afetam o maior número de pessoas, especialmente as mais humildes. Cabe esclarecer que em determinados órgãos há casos específicos de exigências da mesma natureza, que permanecem em vigor. São exigências decorrentes de lei, que não podem ser revogadas por decreto. Para resolver esses casos, estão sendo elaborados projetos de lei, gradativamente encaminhados ao Congresso Nacional.

É do maior interesse para o Programa receber de servidores e de usuários informações sobre o eventual descumprimento de medidas já adotadas e sugestões que visem à melhoria do atendimento nos órgãos federais. A correspondência deve ser enviada para:

Ministro Extraordinário para a Desburocratização — Palácio do Planalto, 5.º andar — CEP 70.150 — Brasília, DF.

As solicitações de informações do ministro extraordinário, resultantes das reclamações dos usuários do serviço público federal, são endereçadas diretamente a qualquer órgão federal e têm tratamento urgente e prioritário, dispensado o trânsito intermediário pelos órgãos superiores.

As reclamações e sugestões relativas a órgãos estaduais e municipais deverão ser encaminhadas, pelos interessados, diretamente aos respectivos governos.

A ampla divulgação das medidas baixadas no âmbito do Programa e a disseminação dos seus princípios fundamentais são condições essenciais para o êxito do processo de desburocratização. Nesse sentido, a colaboração de todos é imprescindível.

Participe.

PRINCIPAIS MEDIDAS

1. Instituído o Programa Nacional de Desburocratização, destinado a dinamizar e simplificar o funcionamento da administração pública federal, tendo por objetivo:

- a) contribuir para a melhoria do atendimento aos usuários do serviço público;
- b) reduzir a interferência do Governo na atividade do cidadão e do empresário e abreviar a solução dos casos em que essa interferência é necessária, mediante a descentralização das decisões, a simplificação do trabalho administrativo e a eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco;
- c) agilizar a execução dos programas federais para assegurar o cumprimento dos objetivos prioritários do Governo;
- d) substituir, sempre que praticável, o controle prévio pelo eficiente acompanhamento da execução e pelo esforço da fiscalização dirigida, para a identificação e correção dos eventuais desvios, fraudes e abusos;
- e) intensificar a execução dos trabalhos da reforma administrativa, de que trata o Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967;
- f) fortalecer o sistema de livre empresa, favorecendo a empresa pequena e média, que constituem a matriz do sistema, e consolidando a grande empresa

privada nacional, para que ela se capacite, quando for o caso, a receber encargos e atribuições que se encontram hoje sob a responsabilidade de empresas do Estado;

g) impedir o crescimento desnecessário da máquina administrativa federal mediante o estímulo à execução indireta, utilizando-se, sempre que praticável, o contrato com empresas privadas capacitadas e o convênio com órgãos estaduais e municipais;

h) velar pelo cumprimento da política de contenção da criação indiscriminada de empresas públicas, promovendo o equacionamento dos casos em que for possível e recomendável a transferência do controle para o setor privado, respeitada a orientação do Governo na matéria. (Decreto n.º 83.740, de 18 jul. 79; *D.O.* de 18 jul. 79.)

2. Cancelados os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, de valor originário igual ou inferior a Cr\$1.000,00, inscritos como dívida ativa da União, pelas Procuradorias da Fazenda Nacional, até 31 de dezembro de 1978, arquivando-se os respectivos processos administrativos. (Decreto-lei n.º 1.687, de 18 jul. 79; *D.O.* de 19 jul. 79.)

Obs.: O limite foi elevado de Cr\$1.000,00 para Cr\$3.000,00. (Decreto-lei n.º 1.736, de 20 dez. 79; *D.O.* de 21 dez. 79.)

3. Cancelados os débitos concernentes a:

a) imposto de renda; b) imposto sobre produtos industrializados — IPI; c) imposto sobre importação; d) multas de qualquer natureza, previstas na legislação em vigor; e) custas processuais de valor originário igual ou inferior a Cr\$1.000,00, constituídos até 31 de dezembro de 1978, ainda não inscritos como dívida ativa da União. (Decreto-lei n.º 1.687, de 18 jul. 79; *D.O.* de 19 jul. 79.)

Obs.: O limite foi elevado de Cr\$1.000,00 para Cr\$3.000,00. (Decreto-lei n.º 1.736, de 20 dez. 79; *D.O.* de 21 dez. 79.)

4. Intensificadas as atividades de descentralização administrativa mediante redefinição ou delegação de competência. A medida visa a liberar a estrutura de direção do órgão ou entidade das tarefas de mera formalização de atos administrativos e a atribuir competência para a decisão de casos individuais, a unidades de natureza local ou a servidores integrantes do nível de execução, excetuando-se os casos expressamente reservados à decisão central. (Decreto n.º 83.785, de 30 jul. 79; *D.O.* de 31 jul. 79.)

5. Permitida e recomendada a exclusão da audiência sistemática de órgãos técnicos em processos referentes a assuntos sobre os quais não haja controvérsia a esclarecer ou já exista a decisão de caráter normativo. (Decreto n.º 83.785, de 30 jul. 79; *D.O.* de 31 jul. 79.)

6. Recomendada a dispensa de remessa rotineira de processos aos órgãos jurídicos, encaminhando-se, apenas, os que envolvam questão jurídica nova, assim considerada dúvida de direito ainda não dirimida em pronunciamentos anteriores dos referidos órgãos. (Decreto n.º 83.785, de 30 jul. 79; *D.O.* de 31 jul. 79.)

7. Determinada a supressão da obrigatoriedade da tramitação de documentos e processos por protocolos gerais. Os assuntos serão sempre que possível, diretamente encaminhados ao setor competente para estudá-los ou resolvê-los. (Decreto n.º 83.785, de 30 jul. 79; *D.O.* de 31 jul. 79.)

8. Autorizada a comunicação direta e o livre trânsito de informações entre órgãos ou unidades da administração, dispensada a exigência de trânsito inter-

mediário pelos órgãos superiores. (Decreto n.º 83.785, de 30 jul. 79; *D.O.* de 31 jul. 79.)

9. Reiterada a rigorosa observância do Decreto n.º 63.166, de 26 de agosto de 1968, alterado pelo Decreto n.º 64.024-A, de 27 de janeiro de 1969, que dispensa o reconhecimento de firmas em documentos que transitem pela administração pública federal, direta e indireta. (Circular n.º 1, de 30 de julho de 1979, do ministro chefe do Gabinete Civil, dirigida aos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta e às fundações instituídas pelo Poder Público Federal; *D.O.* de 30 jul. 79.)

10. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização em Pernambuco. (Decreto Estadual n.º 5.875, de 30 jul. 79; *D.O.E.* de 31 jul. 79.)

11. Adotadas medidas iniciais de desburocratização no Paraná, dispensando-se a exigência do reconhecimento de firmas em documentos que tramitem pelos órgãos da administração pública estadual. (Decreto Estadual n.º 947, de 2 ago. 79; *D.O.E.* de 3 ago. 79.)

12. Delegada competência aos ministros de estado para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar, relativamente aos servidores civis da União, atos de:

- a) provimento de cargo ou emprego;
- b) nomeação por acesso;
- c) promoção;
- d) aproveitamento no âmbito do ministério;
- e) exoneração ou dispensa, a pedido;
- f) aposentadoria.

(Decreto n.º 83.840, de 14 ago. 79; *D.O.* de 14 ago. 79.)

13. Delegada competência ao ministro de estado chefe do gabinete civil da Presidência da República para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar os seguintes atos:

a) autorização de dispensa de ponto de servidores públicos federais da administração direta e das autarquias;

b) autorização de afastamento, em caráter excepcional, de servidores públicos federais da administração direta e das autarquias, quaisquer que sejam os órgãos ou entidades requisitantes;

c) autorização para as viagens ao exterior, de que trata o artigo 3.º do Decreto n.º 74.143, de 4 de junho de 1974, excetuando-se quando feitas *com ônus* para a União, dependendo, então, de prévia e expressa autorização do presidente da República. (Decreto n.º 83.840, de 14 ago. 79; *D.O.* de 14 ago. 79.)

14. Delegada competência ao consultor-geral da República para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar, relativamente aos servidores da consultoria geral da República, os atos de provimento de cargo ou emprego, nomeação por acesso, promoção, aproveitamento, exoneração ou dispensa a pedido, e aposentadoria. (Decreto n.º 83.840, de 14 ago. 79; *D.O.* de 14 ago. 79.)

15. Delegada competência ao diretor-geral do Dasp para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar, relativamente aos servidores dos quadros e tabelas do Dasp e da Sucad, os atos de provimento de cargo ou emprego, nomeação por acesso, promoção, aproveitamento, exoneração ou dispensa a pedido, e aposentadoria. (Decreto n.º 83.840, de 14 ago. 79; *D.O.* de 14 ago. 79.)

16. Delegada competência ao diretor-geral do Dasp para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar, relativamente aos servidores civis dos ministérios e autarquias, os atos adiante indicados, quando por estes propostos:

- a) agregação;
- b) redistribuição;
- c) aproveitamento em outro ministério ou autarquia.

(Decreto n.º 83.840, de 14 ago. 79; *D.O.* de 14 ago. 79.)

17. Delegada competência ao ministro de Estado das Minas e Energia para outorgar a concessão de lavra ou declarar sua caducidade, observadas as exigências legais aplicáveis. (Decreto n.º 83.841, de 14 ago. 79; *D.O.* de 14 ago. 79.)

18. Delegada competência ao ministro de Estado do Trabalho para, observadas as exigências legais aplicáveis, conceder autorização para o funcionamento de empresas aos domingos e feriados civis e religiosos. (Decreto n.º 83.842, de 14 ago. 79; *D.O.* de 14 ago. 79.)

19. Delegada competência ao ministro de Estado da Fazenda para autorizar a cessão de imóveis da União, observadas as exigências legais aplicáveis. (Decreto n.º 83.843, de 14 ago. 79; *D.O.* de 14 ago. 79.)

20. Atribuída competência ao ministro de Estado da Fazenda para aprovar as operações e autorizar as contratações a que se referem os artigos 1.º e 8.º do Decreto-lei n.º 1.312, de 15 de fevereiro de 1974. (Decreto n.º 83.856, de 15 ago. 79; *D.O.* de 16 ago. 79.)

21. Delegada competência ao ministro de Estado da Educação e Cultura para, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis e após parecer favorável do Conselho Federal de Educação, ou, quando for o caso, do Conselho Estadual de Educação competente, praticar os seguintes atos:

- a) conceder reconhecimento e autorizar a conversão de cursos de nível superior;
 - b) aprovar estatutos de universidades e de estabelecimentos de ensino superior
- (Decreto n.º 83.857, de 15 ago. 79; *D.O.* de 16 ago. 79.)

22. Suprimida a exigência de fotografia no documento "Autorização para conduzir veículos", cujo modelo constitui o Anexo X do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. (Decreto n.º 83.863, de 16 ago. 79; *D.O.* de 17 ago. 79.)

23. Transferida a competência ao Conselho Nacional de Trânsito para, com aprovação do Ministro da Justiça, alterar os modelos de documentos previstos no Regulamento do Código Nacional de Trânsito, entre os quais a carteira nacional de habilitação. (Decreto n.º 83.863, de 16 ago. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

24. Delegada competência ao ministro de Estado da Fazenda para, observadas as exigências legais, autorizar o registro da propriedade dos bens imóveis da União. (Decreto n.º 83.869, de 20 ago. 79; *D.O.* de 22 ago. 79.)

25. Adotadas as primeiras medidas desburocratizantes no âmbito do município do Rio de Janeiro, entre os quais a dispensa do reconhecimento de firmas em documentos que tramitem pela administração pública municipal. (Decreto Municipal n.º 2.258, de 4 set. 79; *D.O.M.* de 5 set. 79.)

26. Cancelados os débitos, de qualquer natureza, para com as autarquias federais, de valor originário igual ou inferior a Cr\$1.000,00, constituídos até 31 de dezembro de 1978, inscritos ou não como dívida ativa, arquivando-se os respectivos processos administrativos. Os autos das ações de cobrança dos débitos cancelados serão arquivados mediante despacho do juiz, ciente o representante da autarquia. (Decreto-lei n.º 1.694, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

27. Determinado, no relacionamento da administração com seus servidores e com o público, o prevalecimento do princípio da presunção da veracidade, que consiste em acreditar-se, até prova em contrário, que as pessoas estão dizendo a verdade. (Decreto n.º 83.936, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

28. Abolida, nos órgãos e entidades da administração federal, direta ou indireta, a exigência de apresentação dos seguintes atestados, aceitando-se, em substituição, a declaração do interessado ou procurador bastante:

- a) atestado de vida;
- b) atestado de residência;
- c) atestado de pobreza;
- d) atestado de dependência econômica;
- e) atestado de idoneidade moral;
- f) atestado de bons antecedentes.

(Decreto n.º 83.936, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

29. Abolida a obrigatoriedade da juntada de qualquer documento no original, quando não houver exigência legal. Não será necessária a apresentação do original ao apresentar-se cópia autenticada. (Decreto n.º 83.936, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

30. Autorizada a autenticação de cópia de documento pelo próprio servidor, mediante cotejo da cópia com o original, que será restituído ao interessado. (Decreto n.º 83.936, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

31. Proibida a exigência de prova de fato já comprovado pela apresentação de outro documento válido. (Decreto n.º 83.936, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

32. Autorizada a comunicação entre o órgão e o interessado por qualquer meio: comunicação oral, direta ou telefônica, correspondência, telegrama ou telex, registrando-se, caso necessário, a circunstância no processo. (Decreto n.º 83.936, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

33. Regulamentada a delegação de competência, determinando-se que o ato seja expedido a critério da autoridade delegante, indicando a autoridade delegada as atribuições objeto da delegação e, quando for o caso, o prazo de vigência, que, na omissão, ter-se-á por indeterminado. A mudança do titular do cargo não acarretará a cessação da delegação. (Decreto n.º 83.937, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

34. Permitida a delegação de competência a autoridade não diretamente subordinada ao delegante. (Decreto n.º 83.937, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

35. Incentivada a incorporação, nos regimentos ou normas internas dos órgãos da administração, das competências objeto de delegação. (Decreto n.º 83.937, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

36. Revogadas as disposições constantes de decretos, regulamentos ou atos normativos em vigor no âmbito da administração direta ou indireta, que proibiam a subdelegação de competência, entendendo-se que o ato de delegar pressupõe autoridade para subdelegar. (Decreto n.º 83.937, de 6 set. 79; *D.O.* de 10 set. 79.)

37. Adotadas medidas de desburocratização em Santa Catarina, entre as quais dispensa da exigência de reconhecimento de firmas em documentos que tramitem pelos órgãos da administração pública estadual. (Decreto Estadual n.º 8.813, de 10 set. 79; *D.O.E.* de 11 set. 79.)

38. Adotadas medidas de desburocratização na Bahia, entre as quais a substituição de atestados por simples declaração do interessado. (Decreto Estadual n.º 26.894, de 15 set. 79; *D.O.E.* de 18 set. 79.)

39. Vedada a exigência de qualquer documento para instruir o pedido de substituição da carteira nacional de habilitação, quando da renovação do exame

de sanidade física e mental. (Resolução n.º 553, de 18 set. 79, do Conselho Nacional de Trânsito; D.O. de 19 set. 79.)

40. Suprimidos, por desnecessários, no modelo da carteira nacional de habilitação, a fotografia, a assinatura e o número do CIC do condutor. (Resolução n.º 553, de 18 set. 79, do Conselho Nacional de Trânsito; D.O. de 19 set. 79.)

41. Atribuída competência ao ministro de Estado da Fazenda para aceitar ou recusar, nos termos do Código Civil e observadas as demais disposições legais aplicáveis, a doação de bens imóveis feita, com encargo, à União. (Decreto n.º 84.045, de 2 out.; D.O. de 3 out. 79.)

42. Limitada a exigência de apresentação do Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC) ou da indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), aos seguintes casos:

- a) pessoas físicas sujeitas à apresentação de declaração de rendimentos;
- b) pessoas físicas cujos rendimentos estejam sujeitos aos descontos do imposto de renda na fonte;
- c) profissionais liberais, assim entendidos aqueles que exerçam sem vínculo de emprego, atividades que os sujeitem a registro perante órgão de fiscalização profissional;
- d) pessoas físicas locadoras de bens imóveis;
- e) participantes de operações imobiliárias, inclusive a constituição de garantia real sobre imóveis, de valor superior a 1.000 Unidades Padrão de Capital (UPC);
- f) outros casos, a critério do ministro da Fazenda.

(Decreto n.º 84.047, de 2 out. 79; D.O. de 4 out. 79.)

43. Dispensadas da obrigatoriedade de inscrição no CPF, quando tiverem domicílio fiscal no exterior:

- a) as pessoas físicas cujos rendimentos estejam sujeitos ao desconto do imposto de renda na fonte;
- b) os profissionais liberais, assim entendidos aqueles que exerçam, sem vínculo de emprego, atividades que os sujeitem a registro perante órgão de fiscalização profissional;
- c) as pessoas físicas locadoras de bens imóveis;
- d) os participantes de operações imobiliárias, inclusive a constituição de garantia real sobre imóvel, de valor superior a 1.000 Unidades Padrão de Capital (UPC).

(Decreto n.º 84.047, de 2 out. 79; D.O. de 4 out. 79.)

44. Dispensada a entrega anual da relação de empregados (relação dos 2/3), prevista no artigo 360 da CLT, tendo em vista que os dados já constam da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), instituída pelo Decreto n.º 76.900, de 23 de dezembro de 1979. (Port. 3.558, de 3 out. 79 do ministro do Trabalho; D.O. de 8 out. 79.)

45. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização em São Paulo. (Decreto Estadual n.º 14.049, de 4 out. 79; D.O.E. de 5 out. 79.)

46. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização em São Paulo. (Decreto Municipal n.º 16.141, de 10 out. 79; D.O.E. de 11 out. 79.)

47. Cancelados os débitos de qualquer natureza para com a Previdência Social e os provenientes de contribuições devidas por lei a terceiros e arrecadadas pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — Iapaf, de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 3.000,00, constituídos até 30 de setembro de 1979, arquivando-se os respectivos processos administrativos. Os autos das ações de cobrança dos débitos cancelados serão arquivados mediante

despacho do juiz, ciente o representante judicial do Iapas. (Decreto-lei n.º 1.699, de 16 out. 79; *D.O.* de 18 out. 79.)

48. Cancelados, desde que o valor originário seja igual ou inferior a Cr\$ 3.000,00, os saldos devedores para com a Previdência Social, existentes em 30 de setembro de 1979, concernentes a operações imobiliárias, encerrando-se a respectiva operação, (Decreto-lei n.º 1.699, de 16 out. 79; *D.O.* de 18 out. 79.)

49. Cancelados, desde que o valor originário seja igual ou inferior a Cr\$ 3.000,00, os débitos remanescentes para com a Previdência Social, existentes em 30 de setembro de 1979, de locações imobiliárias, desde que o devedor tenha deixado ou venha a deixar livre e desembaraçado o imóvel objeto da locação, até 31 de dezembro de 1979. (Decreto-lei n.º 1.699, de 16 out. 79; *D.O.* de 18 out. 79.)

50. Cancelados, desde que o valor originário seja igual ou inferior a Cr\$ 3.000,00, os débitos para com a Previdência Social, existentes em 30 de setembro de 1979, de ex-servidores falecidos ou que se encontram em local incerto ou ignorado. (Decreto-lei n.º 1.699, de 16 out. 79; *D.O.* de 18 out. 79.)

51. Cancelados, desde que o valor originário seja igual ou inferior a Cr\$ 3.000,00, os débitos para com a Previdência Social, oriundos de locação de serviços, rescindida até 30 de setembro de 1979. (Decreto-lei n.º 1.699, de 16 out. 79; *D.O.* de 18 out. 79.)

52. Cancelados os débitos para com a Previdência Social, de qualquer valor, relativos a financiamentos para compra de caminhões, concedidos pelo extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Carga — Iapetc. (Decreto-lei n.º 1.699, de 16 out. 79; *D.O.* de 18 out. 79.)

53. Extinto o registro das letras de câmbio e notas promissórias, estabelecido no art. 2.º e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969, e no art. 1.º, § 11, do Decreto-lei n.º 1.042, de 21 de outubro de 1969. (Decreto-lei n.º 1.700, de 18 out. 79; *D.O.* de 18 out. 79.)

54. Abolida a exigência de comprovação prévia de inscrição, alteração ou baixa no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) para o registro ou arquivamento, nas juntas comerciais, de atos relativos à constituição, alteração, baixa ou dissolução de firmas individuais e sociedades mercantes, bem como para a liberação e entrega dos respectivos documentos aos interessados. A inscrição, alteração ou baixa no CGC passou a ser feita simultaneamente com os atos correspondentes nas juntas comerciais. Com isso, os interessados não mais precisam se dirigir ao órgão da Receita Federal. (Decreto n.º 84.101, de 18 out. 79; *D.O.* de 18 out. 79.)

55. Adotadas medidas de desburocratização em Mato Grosso do Sul, entre as quais a dispensa do reconhecimento de firmas em documentos que tramitem nos órgãos da administração pública estadual ou municipal direta ou indireta. (Lei Estadual 5, de 26 out. 79; *D.O.E.* de 26 out. 79.)

56. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização no Pará. (Decreto Estadual n.º 388, de 7 nov. 79; *D.O.E.* de 9 nov. 79.)

57. Determinada a simplificação de procedimentos, levando-se em conta o princípio da presunção da veracidade de declaração, a simplificação da prova documental e a agilização dos serviços em geral, no âmbito do registro do comércio. (Portaria n.º 04, de 8 nov. 79, do MIC-DNRC).

58. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização no Rio Grande do Sul. (Decreto Estadual n.º 29.261, de 8 nov. 79; *D.O.E.* de 9 nov. 79.)

59. Adotadas medidas de desburocratização em Goiás, entre as quais a substituição da exigência de atestados por simples declaração do interessado. (Lei Estadual 8.728, de 14 nov. 79; *D.O.E.* de 23 nov. 79.)

60. Instituído o Programa de Desburocratização no Distrito Federal. (Decreto GDF n.º 4.908, de 16 nov. 79; *D.O.* de 16 nov. 79.)

61. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização em Porto Alegre. (Decreto Municipal n.º 7.062, de 16 nov. 79; *D.O.E.* de 21 nov. 79.)

62. Vedado aos órgãos e entidades da administração federal, direta ou indireta, exigir prova de quitação de tributos, multas e outros encargos fiscais, salvo nas seguintes hipóteses:

a) concessão de concordata e declaração de extinção das obrigações do falido;
b) celebração de contrato com quaisquer órgãos da administração federal direta e autarquia da União e participantes em concorrência pública promovida por esses órgãos e entidades;

c) transferência de residência para o exterior;

d) venda de estabelecimentos comerciais ou industriais por intermédio de leiloeiros;

e) registro ou arquivamento de distrato, alterações contratuais e outros atos perante o registro público competente, desde que importem na extinção de sociedade ou baixa de firma individual, ou na redução do capital das mesmas, exceto no caso de falência;

f) outros casos que venham a ser estabelecidos pelo Poder Executivo.

(Decreto-lei n.º 1.715, de 22 nov. 79; *D.O.* de 23 nov. 79.)

63. Extinta, para todos os efeitos legais, a declaração de devedor remisso à Fazenda Nacional. (Decreto-lei n.º 1.715, de 22 nov. 79; *D.O.* de 23 nov. 79.)

64. Dispensada a obrigatoriedade de o Departamento Nacional de Registro do Comércio e as juntas comerciais enviarem, aos órgãos da Secretaria da Receita Federal, cópia dos documentos registrados referentes aos contratos, alterações e distratos. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

65. Dispensada a obrigatoriedade de as repartições federais, estaduais e municipais, as entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista exigirem de seus funcionários o recibo de entrega da declaração de rendimentos, para efeito de pagamento de vencimentos. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

66. Dispensada a obrigatoriedade de as repartições federais, estaduais e municipais que pagarem juros de títulos nominativos da dívida pública, comunicarem anualmente, as transferências de títulos ocorridas no ano anterior. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

67. Dispensada a obrigatoriedade de os cartórios de notas, de registro de imóveis, títulos e documentos, os escritórios dos cartórios de justiça, os oficiais de registro de imóveis e hipoteca marítima remeterem à Secretaria da Receita Federal diversas informações permanentes previstas na legislação do imposto sobre a renda. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

68. Dispensada a obrigatoriedade de o Inpi fornecer à Secretaria da Receita Federal informações sobre os registros de patentes de invenção e de marcas de indústria ou de comércio. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

69. Dispensada a obrigatoriedade de prestarem informações à Secretaria da Receita Federal, anualmente, as pessoas que, habitualmente, se encarregarem de receber juros, exceto de dívidas públicas, de compras e vendas cambiais e valores da Bolsa, por conta de outros, quanto às operações efetuadas em nome de seus clientes. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

70. Dispensada a obrigatoriedade de as companhias de seguro prestarem, anualmente, à Secretaria da Receita Federal, informações sobre o pagamento de

pensões a seus contribuintes. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 de nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

71. Dispensada a obrigatoriedade de as entidades pagadoras de direitos autorais informarem, anualmente, à Secretaria da Receita Federal, os rendimentos que pagarem a título de direitos autorais. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

72. Dispensada a obrigatoriedade de as instituições financeiras prestarem informações à Secretaria da Receita Federal sobre todos os juros pagos ou creditados, quando superiores a Cr\$ 400,00, ficando essa exigência sujeita à regra geral de informação de rendimentos pagos. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

73. Eliminada a proibição de a Caixa Econômica Federal e outros estabelecimentos de crédito aceitarem, em garantia de empréstimos, bens de qualquer espécie, por valores superiores aos consignados na declaração de bens. (Decreto-lei n.º 1.718, de 27 nov. 79; *D.O.* de 28 nov. 79.)

74. Estabelecido, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o sistema de amostragem por duplo canal, na conferência aduaneira de bagagens acompanhadas de passageiros procedentes do exterior por via aérea. (Instrução Normativa 74, de 29 nov. 79, da Secretaria da Receita Federal; *D.O.* de 3 dez. 79.)

75. Reduzida a exigência de documentação aos pretendentes à aquisição de unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro da Habitação, nos financiamentos de valor igual ou inferior a 1.500 Unidades Padrão de Capital (UPC), passando-se a exigir-se, tão-somente, o documento oficial de identidade, a carteira de trabalho e previdência social ou contra-cheque ou contrato de trabalho e a assinatura na ficha sócio-econômica apresentada no momento da solicitação do crédito. (Lei 6.748, de 10 dez. 79; *D.O.* de 11 dez. 79.)

76. Extinto o Certificado de Aplicação de Incentivos Fiscais (Caif) que a Secretaria da Receita Federal expedia de acordo com o art. 15 do Decreto-lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1979. (Decreto-lei n.º 1.752, de 31 dez. 79; *D.O.* de 31 dez. 79.)

77. Eliminada a entrega anual da relação de menores, bastando a apresentação da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), instituída pelo Decreto n.º 76.900, de 23 de dezembro de 1975, ficando as empresas desobrigadas da apresentação do formulário aprovado pela Portaria n.º 05, de 21 de janeiro de 1944. (Portaria n.º 3.007, de 7 jan. 80, do ministro do Trabalho; *D.O.* de 9 jan. 80.)

78. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização em Minas Gerais. (Decreto Estadual n.º 20.381, de 8 jan. 80; *D.O.E.* de 9 jan. 80.)

79. Dispensada a anuência prévia do Dasp para aquisições e/ou alienações de veículos pelos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais — Sisg. respeitadas as normas em vigor sobre a matéria e remetidas posteriormente ao Dasp as informações sobre os veículos adquiridos ou alienados. (Instrução Normativa 114, de 14 jan. 80; *D.O.* de 14 jan. 80.)

80. Eliminadas exigências sobre informações concernentes a licitações e contratos para prestação de serviços de limpeza, conservação e vigilância, com a abolição do envio de diversos documentos ao órgão central do Sistema de Serviços Gerais — Sisg. (Instrução Normativa n.º 115, de 17 jan. 80, do Dasp; *D.O.* de 17 jan. 80.)

81. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização no Recife. (Decreto Municipal n.º 11.479, de 22 jan. 80; *D.O.M.* de 23 jan. 80.)

82. Dispensada a exigência de requerimento para a concessão, a servidores na administração federal direta e autarquias, dos seguintes direitos e vantagens:

- a) auxílio-doença;
- b) gratificação adicional por tempo de serviço;
- c) ajuda de custo;
- d) férias.

(Decreto n.º 84.414, de 23 jan. 80; *D.O.* de 24 jan. 80.)

83. Dispensada a exigência de requerimento para cancelamento de cotas de salário-família e de revalidação de despachos concessórios de licenças especiais, bem como a exigência de que os períodos das licenças especiais inferiores a 6 meses devem ter início e término dentro do mesmo ano útil. (Decreto n.º 84.414, de 23 jan. 80; *D.O.* de 24 jan. 80.)

84. Suprimida a exigência de certidões de tempo de serviço para fins de instrução de processos de aposentadoria nos órgãos da administração federal direta e autarquias federais. (Decreto n.º 84.440, de 29 jan. 80; *D.O.* de 30 jan. 80.)

85. Dispensados da legalização consular, para ter efeito no Brasil, os documentos expedidos por autoridades de outros países, desde que encaminhados por via diplomática, por governo estrangeiro ao governo brasileiro. (Decreto n.º 84.451, de 31 jan. 80; *D.O.* de 1 fev. 80.)

86. Consideradas válidas as cópias dos atos notariais e de registro civil, escriturados nos livros do serviço consular brasileiro, produzidas por máquinas fotocopiadoras, quando autenticadas por assinatura original de autoridade consular brasileira. (Decreto n.º 84.451, de 31 jan. 80; *D.O.* de 1 fev. 80.)

87. Dispensada a legalização das assinaturas originais dos cônsules do Brasil, possuindo estas, em documentos de qualquer tipo, validade em todo o território nacional. (Decreto n.º 85.451, de 31 jan. 80; *D.O.* de 1 fev. 80.)

88. Delegada competência ao ministro de Estado das Relações Exteriores para criar e extinguir repartições consulares honorárias. (Decreto n.º 84.455, de 31 jan. 80; *D.O.* de 1 fev. 80.)

89. Delegada competência ao ministro das Relações Exteriores para, mediante portaria, aprovar e modificar o regulamento do serviço consular honorário brasileiro. (Decreto n.º 84.458, de 4 fev. 80; *D.O.* de 5 fev. 80.)

90. Simplificados e descentralizados os procedimentos relativos ao destino de material inservível, ou seja, o de recuperação onerosa, de rendimento precário, de capacidade ociosa, obsoleto ou acidentado. (Instrução Normativa 116, de 25 fev. 80; *D.O.* de 26 fev. 80.)

91. Suprimida a necessidade de mudança do prontuário do condutor que transferir seu domicílio, bastando a comunicação do fato, através de correspondência registrada. (Decreto n.º 84.513, de 27 fev. 80; *D.O.* de 28 fev. 80.)

92. Simplificada a expedição de passaportes e aumentado, de quatro para seis anos, o prazo de validade do passaporte comum. (Decreto n.º 84.541, de 11 mar. 80; *D.O.* de 12 mar. 80.)

93. Eliminada a exigência do visto de saída ao brasileiro que pretender sair do território nacional. (Decreto n.º 84.541, de 11 mar. 80; *D.O.* de 12 mar. 80.)

94. Simplificado o preenchimento da ficha nacional de registro de hóspedes, dispensado o fornecimento de informações de natureza puramente estatística. (Telex-Circular da Presidência da Embratur, de 11 mar. 80.)

95. Reformulado o *Diário Oficial* com vistas à agilização da distribuição, à redução dos custos e do preço da assinatura e à comodidade dos leitores. Com a

reformulação o *Diário Oficial* passou a circular no mesmo dia de sua publicação. (Decreto n.º 84.555, de 12 mar. 80; *D.O.* de 13 mar. 80.)

96. Determinado tratamento urgente e prioritário às solicitações de informações do ministro Extraordinário, que poderão ser endereçadas diretamente a qualquer órgão integrante da administração civil direta e indireta e das fundações instituídas pelo Poder Público Federal. Essas solicitações serão atendidas mediante resposta direta ao ministro, dispensado o trânsito intermediário pelos órgãos superiores. (Decreto n.º 84.585, de 24 mar. 80; *D.O.* de 26 mar. 80.)

97. Sempre que se tratar de inobservância de leis ou decretos autoexecutáveis, como é o caso daqueles que eliminam a exigência de formalidades e apresentação de documentos por parte do público, o órgão reclamado, além de tornar sem efeito a exigência indevidamente feita, ajustará desde logo seu procedimento ao disposto nas referidas normas, sob pena de responsabilidade. Efetuada a regularização ou retificação, o órgão reclamado dará ciência da ocorrência à autoridade a que estiver subordinado. (Decreto n.º 84.585, de 24 mar. 80; *D.O.* de 26 mar. 80.)

98. Instituída multa a ser aplicada pelo BNH nos casos de infração às disposições da Lei n.º 6.748, de 10 de dezembro de 1979, que reduziu a exigência de documentação aos pretendentes à aquisição de unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro da Habitação. (Resolução 61/80, de 24 mar. 80, do BNH; *D.O.* de 12 mai. 80.)

99. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização no Ceará. (Decreto Estadual n.º 13.737, de 25 mar. 80; *D.O.E.* de 26 mar. 80.)

100. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização no Rio Grande do Norte. (Decreto Estadual n.º 7.858, de 26 mar. 80; *D.O.E.* de 27 mar. 80.)

101. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização em Natal. (Decreto Municipal n.º 2.318, de 26 mar. 80; *D.O.E.* de 29 mar. 80.)

102. Dispensados da obrigação semestral de apresentar atestados de vida ou nova procuração lavrada em tabelião, os aposentados e pensionistas do Ministério da Fazenda, que recebem por procurador. A declaração de vida do aposentado passou a ser feita pelo próprio procurador e as procurações não mais precisam ser renovadas, nem celebradas por instrumento público. (Portaria n.º 189, de 26 mar. 80, do Ministro da Fazenda; *D.O.* de 28 mar. 80.)

103. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização na Paraíba. (Decreto Estadual n.º 8.427, de 27 mar. 80; *D.O.E.* de 28 mar. 80.)

104. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização em Goiânia. (Decreto Municipal n.º 148, de 28 mar. 80; *D.O.M.* de 28 mar. 80.)

105. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização em Goiás. (Decreto Estadual n.º 1.794, de 1.º abr. 80.)

106. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização no Maranhão. (Decreto Estadual n.º 7.588 de 11 abr. 80; *D.O.E.* de 23 abr. 80.)

107. Concedida isenção do imposto sobre a renda à pessoa jurídica ou empresa individual cuja receita bruta anual seja igual ou inferior ao valor nominal de 3.000 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), a partir do exercício financeiro de 1981, ano-base de 1980. (Decreto-lei n.º 1.780, de 14 abr. 80; *D.O.* de 19 abr. 80.)

108. Desobrigada de escrituração contábil e fiscal relativa ao imposto sobre a renda, bem como da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, a empresa ou pessoa jurídica isenta do imposto sobre a renda. (Decreto-lei n.º 1.780, de 14 abr. 80; *D.O.* de 19 abr. 80.)

109. Reduzidas a zero, a partir de 1.º de maio de 1980, as alíquotas do imposto sobre produtos industrializados incidentes sobre os produtos classificados nos códigos da tabela aprovada pelo Decreto n.º 84.338, de 26 de dezembro de 1979 (produtos típicos de micro-empresas). (Decreto n.º 84.634, de 14 abr. 80; *D.O.* de 15 abr. 80.)

110. Aprovado modelo simplificado do quadro de horário de trabalho previsto no art. 74 da CLT. (Portaria n.º 3.088, de 28 abr. 80, do ministro do Trabalho; *D.O.* de 2 mai. 80.)

111. Simplificada a prova de capacidade jurídica e de situação fiscal regular de pessoas físicas, firmas individuais e pessoas jurídicas que vierem a participar de licitações para compras, obras e serviços promovidos por órgãos e entidades da administração federal, direta e indireta e fundações criadas, instituídas ou mantidas pela União, com a instituição do Certificado de Regularidade da Situação Jurídico-Fiscal — (CRJF). (Decreto n.º 84.701, de 13 mai. 80; *D.O.* de 12 jun. 80.)

112. Simplificada a prova de quitação de tributos, anuidades e obrigações sociais em toda a área federal. (Decreto n.º 84.702, de 13 mai. 80; *D.O.* de 14 mai. 80.)

113. Permitida aos empregadores e demais pessoas físicas ou jurídicas, que tenham por obrigação apresentar documentos perante as repartições do Ministério do Trabalho, a entrega através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT, em porte registrado. (Portaria n.º 3.120, de 19 mai. 80, do ministro do Trabalho; *D.O.* de 23 mai. 80.)

114. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização em Curitiba. (Decreto Municipal n.º 646, de 11 jun. 80; *D.O.M.* de 18 jun. 80.)

115. Extinta a obrigatoriedade da apresentação da declaração de rendimentos e o requerimento do ato declaratório da receita federal de reconhecimento de isenção, para as entidades de fins não-lucrativos, isentas do imposto de renda (instituições de educação; assistência social; sindicatos; sociedades, associações e fundações de caráter beneficente, instrutivo, artístico, literário, recreativo etc.). Essas entidades preencherão anualmente um formulário simplificado de declaração de isenção. (Instrução Normativa 071, de 18 jun. 80, do Secretário da Receita Federal; *D.O.* de 14 jul. 80.)

116. Instituído o formulário de declaração de isenção do imposto de renda da pessoa jurídica, específico para as entidades isentas pela finalidade ou objeto. O novo formulário substitui o pedido de reconhecimento de isenção. (Formulário II — Pessoa Jurídica). (Instrução Normativa SRF 071, de 18 jun. 80; *D.O.* de 14 jul. 80.)

117. Suspensa, experimentalmente, a exigência de apresentação de documento assinado pelo médico nos processos de habilitação ao recebimento do auxílio natalidade, após o parto, no INPS. Bastará a apresentação da certidão de nascimento. (Circular n.º 248, de 19 jun. 80, do secretário de benefícios do INPS.)

118. Simplificada a concessão de licença para pesca amadora, com a eliminação da carteira de pescador amador e a adoção do modelo da guia de recolhimento para utilização em todo o território nacional, a qual constituirá documento hábil para prova de regularidade junto à Sudepe. (Ordem de Serviço n.º 01/80, da Sudepe; Boletim de Serviço de 3 mar. 80.)

119. Autorizado o Poder Executivo a determinar o não ajuizamento, pela União, suas autarquias e empresas públicas, de ações de valor igual ou inferior ao de 20 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, excetuando-se,

em razão de sua natureza, os mandados de segurança e as ações de desapropriação. (Decreto-lei n.º 1.793, de 23 jun. 80; *D.O.* de 24 jun. 80.)

120. Delegada competência ao ministro de Estado das Relações Exteriores para, em caráter excepcional, autorizar o casamento de diplomata, conforme previsto no § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 5.887, de 31 de maio de 1973. (Decreto n.º 84.870, de 2 jul. 80; *D.O.* de 3 jul. 80.)

121. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização em Sergipe. (Decreto Estadual n.º 4.719, de 7 ago. 80; *D.O.E.* de 11 ago. 80.)

122. Constituída, no âmbito do Ministério da Justiça, comissão especial incumbida de promover a edição de compilações atualizadas da legislação em vigor e seu subsequente aprimoramento e consolidação. (Decreto n.º 85.022, de 11 ago. 80; *D.O.* de 12 ago. 80.)

123. Extinto o Cadastro Especial de Contribuintes dos Tributos Aduaneiros — Cecta — instituído pela Portaria n.º 987, de 10 de dezembro de 1968, do antigo Departamento de Rendas Aduaneiras, ficando as necessidades de informações sobre importadores e exportadores supridas pelo Cadastro Geral de Contribuintes. (Instrução Normativa SRF 091, de 27 ago. 80; *D.O.* de 5 set. 80. Norma de Execução SRF/CIEF/CSF 041, de 5 set. 80; *D.O.* de 5 set. 80.)

124. Instituído o regime de tributação simplificada para a cobrança do imposto de importação incidente sobre bens contidos em remessas postais internacionais, aplicando-se alíquotas não superiores a 400% em remessas de valor até US\$ 100.00 ou o equivalente em outras moedas, ficando o Ministério da Fazenda autorizado a estabelecer requisitos e condições para a aplicação do que preceitua o presente Decreto-lei. (Decreto-lei n.º 1.804, de 3 set. 80; *D.O.* de 4 set. 80.)

125. Extinta a licença de livre trânsito no tráfego fronteiriço de veículos. (Instrução Normativa SRF 094, de 9 set. 80; *D.O.* de 18 set. 80.)

126. Permitida a saída do território nacional de mercadorias nacionais adquiridas no mercado interno que não revelem destinação comercial e que supram outras determinações citadas. (Instrução Normativa do SRF n.º 095, de 9 set. 80; *D.O.* de 18 set. 80.)

127. Aprovada a ampliação dos prazos de validade dos exames de sanidade física e mental exigidos pelo Código Nacional de Trânsito para a habilitação e renovação das carteiras de motorista. Salvo exceções, o referido exame será válido até 40 anos de idade, sendo exigida a sua renovação, daí em diante, de 10 em 10 anos, até os 65 anos de idade, a partir de quando será renovado de 5 em 5 anos. A medida entrará em vigor após a expedição do novo modelo da carteira nacional de habilitação. (Resolução 563/80, do Conselho Nacional de Trânsito; *D.O.* de 25 set. 80.)

128. Instituído o novo modelo da carteira nacional de habilitação simplificado, sem foto e sem assinatura do portador, o que permite sua emissão por computador. O novo modelo entrará em uso em 1.º-12-80. (Resolução n.º 565, do Conselho Nacional de Trânsito; *D.O.* de 25 set. 80.)

129. Desburocratizada, descentralizada e automatizada a transferência dos recursos destinados aos estados, Distrito Federal e municípios, observados os percentuais de distribuição ou índices de rateio definidos pelos órgãos federais competentes. (Decreto-lei n.º 1.805, de 1 out. 80; *D.O.* de 2 out. 80.)

130. Simplificados os procedimentos para pagamento de servidores, pensionistas, inativos e consignatários do Ministério da Fazenda que poderão ser efetuados por meio de crédito em contas de depósitos, individuais ou conjuntas; por intermédio de recibos ou de *cheques nominativos*. O presente instrumento legal dispõe ainda sobre abertura e encerramento de contas, sobre outorga de

procuração a terceiros e sobre declaração de vida e residência de outorgantes. (Portaria n.º 337 MF, de 2 out. 80; *D.O.* de 13 out. 80.)

131. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização na Bahia. (Decreto Estadual n.º 27.610, de 13 out. 80; *D.O.E.* de 14 out. 80.)

132. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização em Salvador. (Decreto Municipal n.º 6.014, de 14 de out. 80; *D.O.M.* de 15 out. 80.)

133. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização no Rio de Janeiro. (Decreto Municipal n.º 2.821, de 20 out. 80; *D.O.M.* de 21 out. 80.)

134. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização no Espírito Santo. (Decreto Estadual n.º 1.508-N, de 23 jan. 81; *D.O.E.* de 24 jan. 81.)

135. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização em Vitória. (Decreto Municipal n.º 6.204, de 29 out. 80; *D.O.E.* de 31 out. 80.)

136. Simplificado o desembaraço aduaneiro de bens trazidos por passageiros procedentes do exterior, até o limite de 800 dólares, dispensando-se a exigência da declaração de importação e permitindo-se a entrada dos bens, mesmo estando suspensa ou proibida a emissão de guia de importação. Até 800 dólares não haverá apreensão; basta que o viajante pague os impostos correspondentes ao chegar. (Instrução Normativa SRF 112, de 30 out. 80; *D.O.* de 3 nov. 80.)

137. Autorizada a Fundação Legião Brasileira de Assistência a expedir documentos que comprovem a condição de necessitado e que permitam pleitear dispensa de multas e isenção de emolumentos junto ao registro civil, bem como a assistência judiciária isenta de despesa de processo. (Lei n.º 6.848, de 12 nov. 80; *D.O.* de 13 nov. 80.)

138. Instituído, nas procuradorias da Fazenda Nacional, o Programa Especial de Cobrança Amigável dos débitos inscritos como dívida ativa da União podendo ser fixado o prazo de 20 dias para liquidação amigável do débito. (Portaria n.º 183, de 18 nov. 80; *D.O.* de 19 nov. 80.)

139. Autorizado o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares:

- a) valores devidos pelos empregadores aos empregados;
- b) montante das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação — PIS-Pasep;
- c) restituições relativas ao imposto de renda e a outros tributos recolhidos por pessoa física;
- d) saldos bancários ou contas de caderneta de poupança e fundos de investimento de valor até 500 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;
- e) destinação no caso de inexistência de dependentes ou sucessores. (Lei n.º 6.858, de 24 nov. 80; *D.O.* de 25 nov. 80.)

140. Dispensada a apresentação de atestados de bons antecedentes, de boa conduta ou de folha corrida para fins de registro profissional, perante o Ministério do Trabalho ou os órgãos fiscalizadores do exercício profissional, aceitando-se, em substituição, a declaração escrita do interessado. (Lei n.º 6.868, de 3 dez. 80; *D.O.* de 4 dez. 80.)

141. Extinta a vinculação a categoria econômica na aplicação, pelos estados, Distrito Federal, territórios e municípios, de recursos tributários transferidos pela União. (Decreto-lei n.º 1.833, de 23 de dez. 80; *D.O.* de 24 dez. 80.)

142. Simplificada a concessão de aposentadoria, revisão de proventos, readaptações, pensão especial no âmbito do Ministério da Saúde, sendo extinta a Junta de Revisão, Enquadramento e Homologação de que trata o Art. 10 da Portaria MS 605, de 17 de outubro de 1979. (Portaria n.º 369 GM, de 26 dez. 80; *D.O.* de 29 dez. 80.)

143. Instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Sisap — Sistema de Atendimento ao Público visando a agilizar os procedimentos internos dos órgãos fazendários e a atender mais eficazmente aos usuários dos serviços que prestam. (Portaria n.º 001, de 5 de jan. 81; *D.O.* de 8 jan. 81.)

144. Reduzidas as exigências para matrículas e transferências de alunos de curso superior sendo aplicadas também as normas federais e estaduais sobre reconhecimento de firmas. (Portaria n.º 107-MEC, de 28 jan. 81; *D.O.* de 2 fev. 81.)

145. Instituído o Programa Estadual de Desburocratização no Rio de Janeiro. (Decreto Estadual n.º 3.907, de 3 fev. 81; *D.O.E.* de 4 fev. 81.)

146. Simplificada a comprovação de homonímia no âmbito da administração federal mediante declaração firmada perante o órgão ou entidade em que deva produzir efeito conforme determinações e modelo estabelecidos. (Decreto n.º 85.708, de 10 fev. 81; *D.O.* de 11 fev. 81.)

147. Instituído o Programa de Desburocratização Portuária, no âmbito do Ministério dos Transportes. (Portaria n.º 131, de 10 fev. 81; *D.O.* de 18 fev. 81.)

148. Instituído o Programa Municipal de Desburocratização em Maceió. (Decreto Municipal n.º 1.874, de 19 fev. 81.)

ESTADOS E MUNICÍPIOS

Dispensa do reconhecimento de firmas em documentos que transitem por suas respectivas repartições:

Estados:

Pernambuco — Decreto Estadual n.º 5.876, de 30 jul. 79; *D.O.E.* de 31 jul. 79.

Paraná — Decreto Estadual n.º 947, de 2 ago. 79; *D.O.E.* de 3 ago. 79.

Bahia — Circular n.º 09, de 3 ago. 79, do Chefe da Casa Civil do Governo.

Santa Catarina — Decreto Estadual n.º 8.813, de 10 set. 79; *D.O.E.* de 11 set. 79.

Rio de Janeiro — Decreto Estadual n.º 2.706, de 13 set. 79; *D.O.E.* de 14 set. 79.

São Paulo — Lei Estadual n.º 2.144, de 18 out. 79; *D.O.E.* de 19 out. 79.

Mato Grosso do Sul — Lei Estadual n.º 05, de 26 out. 79; *D.O.E.* de 26 out. 79.

Minas Gerais — Circular n.º 02, de 13 mar. 80, do Governador; *D.O.E.* de 14 mar. 80.

Ceará — Decreto Estadual n.º 13.739, de 25 mar. 80; *D.O.E.* de 26 mar. 80.

Maranhão — Decreto Estadual n.º 7.589, de 11 abr. 80; *D.O.E.* de 23 abr. 80.

Distrito Federal — Decreto n.º 5.232, de 14 maio 80; *D.O.E.* de 14 maio 80.

Rio Grande do Sul — Decreto Estadual n.º 29.677, de 19 jun. 80; *D.O.E.* de 19 jun. 80.

Sergipe — Decreto Estadual n.º 4.720, de 8 ago. 80; *D.O.E.* de 11 ago. 80.

Espírito Santo — Circular n.º 45, de 10 out. 80, do Chefe da Casa Civil do Governo.

Pará — Decreto Estadual n.º 1.434, de 16 fev. 81.

Municípios:

São Paulo — Comunicado do Sec. Adm., de 6 maio 80; *D.O.M.* de 6 maio 80.

Rio de Janeiro — Decreto Municipal n.º 2.258, de 4 set. 79; *D.O.M.* de 5 set. 79.

Porto Alegre — Decreto Municipal n.º 7.352, de 13 jun. 80; *D.O.E.* de 16 jun. 80.

Vitória — Decreto Municipal n.º 6.166, de 25 jul. 80; *D.O.E.* de 29 jul. 80.

Goiânia — Decreto Municipal n.º 149, de 28 mar. 80; *D.O.M.* de 28 mar. 80.
Natal — Decreto Municipal n.º 2.395, de 16 set. 80; *D.O.E.* de 4 out. 80.
Maceió — Decreto Municipal n.º 1.882, de 6 mar. 81.

Abolição da exigência da apresentação de atestados aceitando-se, em substituição, a declaração do interessado ou procurador bastante:

Estados:

Bahia — Decreto Estadual n.º 26.854, de 15 set. 79; *D.O.E.* de 18 set. 79.
Rio de Janeiro — Decreto Estadual n.º 2.710, de 19 set. 79; *D.O.E.* de 19 set. 79.
Ceará — Decreto Estadual n.º 13.443, de 24 set. 79; *D.O.E.* de 25 set. 79.
Pernambuco — Decreto Estadual n.º 6.047, de 23 out. 79; *D.O.E.* de 24 out. 79.
Mato Grosso do Sul — Decreto Estadual n.º 341, de 13 nov. 79; *D.O.E.* de 13 nov. 79.
Goiás — Lei Estadual n.º 8.728, de 14 nov. 79; *D.O.E.* de 23 nov. 79.
Santa Catarina — Decreto Estadual n.º 9.838, de 13 dez. 79; *D.O.E.* de 14 dez. 79.
São Paulo — Decreto Estadual n.º 14.625, de 28 dez. 79; *D.O.E.* de 29 dez. 79.
Minas Gerais — Decreto Estadual n.º 20.407, de 23 jan. 80; *D.O.E.* de 26 jan. 80.
Rio Grande do Norte — Decreto Estadual n.º 7.859, de 26 mar. 80; *D.O.E.* de 27 mar. 80.
Paraíba — Decreto Estadual n.º 8.429, de 27 mar. 80; *D.O.E.* de 28 mar. 80.
Maranhão — Decreto Estadual n.º 7.589, de 11 abr. 80; *D.O.E.* de 23 abr. 80.
Distrito Federal — Decreto n.º 5.234, de 14 maio 80; *D.O.* de 14 maio 80.
Pará — Decreto Estadual n.º 847, de 14 jul. 80; *D.O.E.* de 15 jul. 80.
Sergipe — Decreto Estadual n.º 4.720, de 8 ago. 80; *D.O.E.* de 11 ago. 80.
Espírito Santo — Decreto Estadual n.º 1.465N, de 17 out. 80; *D.O.E.* de 18 out. 80.

Municípios:

São Paulo — Decreto Municipal n.º 16.174, de 29 out. 79; *D.O.M.* de 30 out. 79.
Rio de Janeiro — Decreto Municipal n.º 2.524, de 5 mar. 80; *D.O.M.* de 7 mar. 80.
Salvador — Decreto Municipal n.º 5.745, de 26 set. 79; *D.O.M.* de 27 set. 79.
Porto Alegre — Decreto Municipal n.º 7.115, de 21 dez. 79; *D.O.E.* de 27 dez. 79.
Curitiba — Decreto Municipal n.º 648, de 11 jun. 80; *D.O.M.* de 18 jun. 80.
Recife — Decreto Municipal n.º 11.490, de 13 fev. 80; *D.O.M.* de 14 fev. 80.
Goiânia — Decreto Municipal n.º 149, de 28 mar. 80; *D.O.M.* de 28 mar. 80.
Fortaleza — Decreto Municipal n.º 5.552, de 26 mar. 80; *D.O.M.* de 2 abr. 80.
Natal — Decreto Municipal n.º 2.395, de 16 set. 80; *D.O.E.* de 4 out. 80.
Maceió — Decreto Municipal n.º 1.881, de 6 mar. 81.

Obs.: Além dessas medidas, de caráter abrangente, os estados e municípios têm adotado inúmeros outros atos simplificadores. Para maiores informações os interessados devem dirigir-se aos respectivos Governos.